

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.804.017 - MG (2019/0075372-3)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
RECORRENTE : ROGERIA ALMEIDA AFFONSO
ADVOGADO : JOAO LEONARDO ALVES S. DA FONSECA - MG118405N
RECORRIDO : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO MG
ADVOGADO : FLAVIA BAIÃO REIS MARTINS - MG075349N

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por ROGERIA ALMEIDA AFFONSO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"DIREITO PREVIDENCIÁRIO – APELAÇÕES – PENSÃO POR MORTE CONCEDIDA COM BASE NO ARTIGO 23, II, “E”, DA LEI ESTADUAL 1.195/54 – BENEFÍCIO TEMPORÁRIO – FILHA SOLTEIRA – DEMONSTRAÇÃO DE CAPACIDADE DE SUSTENTO PRÓPRIO – CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO – POSSIBILIDADE – INEXISTÊNCIA DE DÉBITO – INOCORRÊNCIA – PRIMEIRO RECURSO DESPROVIDO – SEGUNDO RECURSO PROVIDO.

- A pensão por morte, devida a filhas solteiras de segurados, que não ostentem possibilidade de sustento próprio, é temporária. Em se constatando que a beneficiária tem condição de viver às expensas próprias, mostra-se correto o procedimento do IPSEMG, de cancelar o benefício, ante a extinção da situação que garantia seu recebimento.

- Não há como falar em boa-fé da autora, na medida em que deixou de comunicar à Administração Pública a alteração de sua situação econômica, nem em erro atribuível exclusivamente à Administração, o que afasta a incidência do entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.244.182/PB, e, consequentemente, a pretensão de declarar inexistente a cobrança intentada pelo ente público" (fl. 327e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 334/339e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO - CONTRADIÇÃO - QUESTIONAMENTO - RECURSO IMPRÓPRIO - REJEIÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

- Embargos declaratórios não constituem via recursal adequada para questionamento de julgado" (fl. 344e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 489, § 1º, V e VI, do CPC/2015 e 54 da Lei 9.784/99 sustentando que:

"O Código de Processo Civil, art. 489, V e VI:

O Tribunal de Minas tem antecedente expressivo no sentido de que a boa-fé é patente caso não apurada e comprovada a má-fe até em atenção ao princípio de que esta não se presume.

O direito de ver reconhecida a boa-fé da Recorrente está arrostado quando o v. acórdão da apelação julgou, d. v., equivocadamente o tema, fazendo jogo de conveniência com as palavras ao eleger "ausência de boa-fé" em vez de "presença de má-fé", para fundar a modificação da r. sentença original. Está em fls. 4 do v. acórdão da apelação:

Por fim, em relação ao pedido de declaração de inexistência de débito, também não assiste razão à autora.

Isso porque, ao contrário do que sustenta a autora, não há como falar em boa-fé da mesma, porque deixou de comunicar à Administração Pública a alteração de sua situação econômica.

Não se trata de volver ao conjunto probatório dos autos, mesmo porque não há prova da má-fé, não há prova de nada neste quesito.

E a inferência haveria de partir essencialmente da presunção dela -boa-fé.

A Recorrente invoca sua boa-fé pela simples presunção mesmo, não obstante haver nos autos prova dela, quando na primeira oportunidade informou sua situação ao preencher formulário do recorrido.

Daí originou o processo administrativo que culminou com o cancelamento do benefício.

Dada a relevância, neste ponto, a r. sentença, preferível, foi corretamente aperfeiçoada por embargos de declaração e reconheceu a boa - fé da Recorrente nos seguintes termos:

(...)

Pela importância, repete-se: a Recorrente percebeu por mais de 20 anos o benefício e, após seu ingresso na sociedade da irmã, apenas para compor quadro social, percebeu por mais de 13 anos, superado em muito o prazo decadencial previsto na legislação e estampado no

Superior Tribunal de Justiça

princípio da autotutela da Administração.

O acórdão dos embargos de declaração que se incorporou ao da apelação traz outro equívoco, d. v., quando decide que a Recorrente não indicou "omissão e contradição no julgado", porém confirma a alegação de confrontação de jurisprudência daquele mesmo Tribunal, sob o seguinte argumento:

(...)

O mesmo CPC, art. 489, § 1º impõe, expressa e peremptoriamente, que as decisões elencadas nos seus incisos não são fundamentadas, portanto omissas, revelando estritamente a via dos declaratórios como própria para declarar mesma referida omissão. Não há margem para ilações.

O próprio acórdão recorrido afirma que 'o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes', contrariando mesmo o CPC tanto o art. 489, § 1º, quanto o 1.022, II.

A Recorrente traz em sua apelação julgado que guarda assustadora identidade com seu caso concreto:

(...)

E a decisão do eg. TJMG, sem confrontar com a jurisprudência do mesmo Tribunal, se limitou a consignar:

(...)

Nesta esteira, não há prova nos autos de que a Recorrente possui condições de se manter às próprias expensas. Pior, o v. acórdão recorrido não só ignora o precedente, como presume má-fé da Recorrente, naquele já denunciado -e inaceitável- jogo de palavras:

(...)

De fato, a conclusão que se impõe é a da presença e imposição da boa-fé, porque ela só se presume!

Contrariando corolário do Direito, o v. acórdão não aponta a prova da má-fé, e a reconhece, quase que de ofício, desprezando outro julgado do mesmo Tribunal, trazido pela Recorrente:

(...)

Segue-se a decadência do direito da Administração de cassar a pensão, porque concedida há muito mais de cinco -5- anos, donde a infração da Lei 9.784/99 que regula o processo administrativo, art. 54 e seu § 1º:

(...)

Repetido pela lei mineira nº 14.184, art. 65 e § 2º:

(...)

O v. acórdão recorrido se equivoca mais uma vez, d. v., quando decide que:

Superior Tribunal de Justiça

Em primeiro lugar, há que se dizer que, como o pagamento da pensão por morte é uma relação jurídica de trato sucessivo, o direito do IPSEMG rever a concessão do benefício renova-se a cada mês em que ele é pago. Portanto, não há como falar em decadência, sendo irrelevante a alegação de que a autarquia estadual deveria ter cancelado a pensão no prazo de cinco anos após o exercício de atividade supostamente incompatível com o benefício.

Isso contraria tanto a lei federal, quanto a estadual que espelhou. A infração é palmar quando imagina, o v. acórdão recorrido, cuidando-se de benefício de trato sucessivo, a decadência estaria afastada.

Ora, a norma trata disso expressamente, quando instala o termo *a quo* no primeiro, e não no último pagamento" (fls. 355/359e).

Por fim, requer "o presente recurso admitido, conhecido e provido a fim de ver-se cassado, senão reformado o v. acórdão dos autos, isentada do ônus de repetir o regularmente recebido e restaurada a pensão" (fl. 359e).

Não foram apresentadas contrarrazões.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal local (fls. 376/377e).

A irresignação merece parcial conhecimento e, nessa parte, não merece prosperar.

Na origem, trata-se de demanda proposta pela parte ora recorrente, com o objetivo de que seja "restabelecido o benefício previdenciário com o pagamento continuado da pensão mensal, a contar da data do cancelamento - novembro/2014 - na conformidade da Lei estadual nº 1.195/54 e a cobrança intentada se tornará inexistente, condenado o requerido a deixar de cobrar, inscrever ou cancelar a inscrição do débito em dívida ativa" (fl. 13e).

Julgada parcialmente a demanda, "somente para declarar inexistente a cobrança intentada pelo ente público a título de ressarcimento" (fl. 267e), recorreram ambas as partes, tendo sido reformada parcialmente a sentença, pelo Tribunal local, "para julgar totalmente improcedente a ação" (fl. 331e).

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, cumpre asseverar que, ao contrário do que ora se sustenta, não houve violação ao art. 489 CPC/2015, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram, fundamentadamente e de modo completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo,

solução jurídica diversa da pretendida.

Assim, o acórdão de 2º Grau conta com motivação suficiente e não deixou de se manifestar sobre a matéria cujo conhecimento lhe competia, permitindo, por conseguinte, a exata compreensão e resolução da controvérsia, não havendo falar em descumprimento ao art. 489 do CPC/2015.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Ademais, não se presta a via declaratória para provocar prequestionamento, se ausentes omissão, contradição ou obscuridade no julgado (STJ, AgRg no REsp 1.235.316/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/05/2011), bem como não se presta a via declaratória para obrigar o Tribunal a reapreciar provas, sob o ponto de vista da parte recorrente (STJ, AgRg no Ag 117.463/RJ, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, DJU de 27/10/1997).

No que se refere à alegada violação ao art. 54 da Lei 9.784/99, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que a parte recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e as teses recursais a eles vinculadas, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, a tese recursal vinculada ao dispositivo tido como violado não foi apreciada no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal local.

A propósito, transcreve-se a histórica e atual jurisprudência desta Corte:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO CONHECIMENTO. NO ÂMBITO DO ESPECIAL, SÓ SE APRECIA MATÉRIA DECIDIDA NO DECISÓRIO RECORRIDO. O PREQUESTIONAMENTO VIABILIZADOR DO ESPECIAL

NÃO SE COMPLETA COM A SIMPLES MENÇÃO (NO ACÓRDÃO DESAFIADO) AO PRECEITO LEGAL INVOCADO. A SUA CARACTERIZAÇÃO EXIGE QUE, SOBRE A QUESTÃO JURÍDICA DISCIPLINADA NO DISPOSITIVO DE LEI INDICADO COMO MALFERIDO, O ARESTO RECORRIDO TENHA EXPENDIDO DECISÃO EXPLÍCITA. (...) RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. DECISÃO POR MAIORIA" (STJ, REsp 102.366/RS, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, DJU de 16/03/1998).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREQUESTIONAMENTO. IMPRESCINDIBILIDADE. SÚMULA Nº 182/STJ.

- Para que se configure o requerido prequestionamento de dispositivo legal apontado como violado não é suficiente que este tenha sido indicado pelo recorrente, em suas razões recursais, mas que o Tribunal de origem tenha efetivamente debatido a questão dita controvertida, referente à norma infraconstitucional supostamente afrontada.

(...)

- Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no Ag 338.268/ES, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, DJU de 11/06/2001).

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. (...) REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.

(...)

2. Para a configuração do questionamento prévio, não é necessário que haja menção expressa do dispositivo infraconstitucional tido como violado. Todavia, é imprescindível que no aresto recorrido a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente, sob pena de não preenchimento do requisito do prequestionamento,

indispensável para o conhecimento do recurso especial. Incidência das Súmulas 282 e 356/STF.

(...)

7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido" (STJ, REsp 1.046.084/SP, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 05/03/2010).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIOS DA FUNGIBILIDADE, CELERIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Para que se configure o prequestionamento, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

(...)

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental ao qual se nega provimento" (STJ, EDcl no AREsp 381.045/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 04/06/2014).

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. (...) ART. 192 DO CC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INÉRCIA DO CREDOR. AFERIÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

(...)

4. A tese da prescrição com base no art. 192 do Código Civil não comporta conhecimento, por falta de prequestionamento, visto que o acórdão abordou a questão prescricional com base nos arts. 174 do CTN e 40 da Lei n. 6.830/80, o que atrai a incidência das Súmulas 282/STF e 356/STF ao ponto.

(...)

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.461.155/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/03/2015).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. **SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESSARCIMENTO DE VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE NOS AUTOS DA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

1. O requisito do prequestionamento pressupõe tenha havido na instância ordinária o debate de determinada tese jurídica sob um dado enfoque normativo, não bastando a simples menção a dispositivo legal para que esse requisito de admissibilidade seja considerado cumprido.

2. In casu, o agravante na origem não suscita a apreciação da controvérsia à luz dos dispositivos de lei federal apontados como violados em seu recurso especial, tendo, inclusive, deixado de provocar a manifestação da Corte regional mediante a oposição dos competentes embargos de declaração. Aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.017.857/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/03/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou

Superior Tribunal de Justiça

interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. COMISSÃO DE CORRETAGEM. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. **A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.**

(...)

6. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.172.051/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Registre-se, ainda, que a exigência de prequestionamento encontra respaldo no próprio permissivo constitucional:

"Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

(...)

III - julgar, em Recurso Especial, as **causas decididas**, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei

Superior Tribunal de Justiça

federal;

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal".

Vale, a propósito, conferir a lição de NELSON NERY JÚNIOR, no sentido de que "(...) a locução causas decididas, autoriza a exigência do denominado prequestionamento da questão constitucional ou federal, exigência feita nos verbetes ns. 282 e 356 da Súmula da jurisprudência predominante no STF, aplicáveis ao RE e também ao REsp. A questão objeto dos recursos deve ter sido decidida pelo órgão judicial inferior, sem o que não se terá cumprido o requisito constitucional para a admissibilidade desses recursos" (*in* Princípios Fundamentais - Teoria Geral dos Recursos, 5ª edição, RT, p. 252).

Com efeito, "a exigência do prequestionamento, impende salientar, não é mero rigorismo formal, que pode ser afastado pelo julgador a que pretexto for. Ele consubstancia a necessidade de obediência aos limites impostos ao julgamento das questões submetidas ao E. Superior Tribunal de Justiça, cuja competência fora outorgada pela Constituição Federal, em seu art. 105. (...) A competência para a apreciação originária de pleitos no C. STJ está exaustivamente arrolada no mencionado dispositivo constitucional, não podendo sofrer ampliação" (STJ, REsp 1.033.844/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJe de 20/05/2009).

Lado outro, o Tribunal local, soberano na análise fática da causa, consignou, expressamente, que:

"No caso, a própria autora reconhece que foi sócia de sociedade empresária denominada OTUR Representações Importações e Comércio Ltda. Do mesmo modo, as declarações de imposto de renda juntadas (documento eletrônico 10), bem como o questionário realizado pelo Serviço Social de Previdência (documento eletrônico 44), demonstram que, ao contrário do afirmado, a autora auferiu lucro com as referida quotas sociais, ou seja, que a referida empresa distribuiu lucros.

A partir do momento em que a autora tornou-se sócia da supracitada sociedade empresária, cessou a hipótese prevista no artigo 23, II, „e?, da lei 1.195/54, porque o pagamento do benefício se limita às filhas solteiras que não vivam às expensas próprias.

Ou seja, o simples fato da autora ser sócia de sociedade empresária, ainda que por curto período de tempo, indica que tem condições de se sustentar. **A pensão deve ser paga somente àqueles que não possuem condições de exercer um ofício; o que não é o caso.**

O benefício previdenciário não pode servir de escusa para o exercício

Superior Tribunal de Justiça

de atividade remunerada. **Se há inequívoca capacidade laborativa, o benefício pode ser cancelado.**

Ademais, ainda que a autora não tenha auferido renda considerável com as referidas quotas sociais, ou, atualmente, não seja mais proprietária das mesmas, não há que se falar mais em vulnerabilidade econômica, e incapacidade de gerir sua própria subsistência.

Por todas essas razões, mostra-se correto o procedimento do IPSEMG, de cancelar o benefício, ante a extinção da situação que garantia seu recebimento.

Por fim, em relação ao pedido de declaração de inexistência de débito, também não assiste razão à autora.

Isso porque, **ao contrário do que sustenta a autora, não há como falar em boa-fé da mesma, porque deixou de comunicar à Administração Pública a alteração de sua situação econômica.**

Sendo assim, **não há como falar em erro atribuível exclusivamente à Administração, o que afasta a incidência do entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.244.182/PB, e, conseqüentemente, a pretensão de declarar inexistente a cobrança intentada pelo ente público"** (fl. 330e).

"A embargante **sustenta que o julgado foi omissivo quanto à incidência da Lei estadual nº. 14.184/2002, entretanto, não há que se falar em vício quando o artigo citado não se aplica ao caso em questão, tendo em vista a má-fé da embargante.**

(...)" (fl. 345e).

Com efeito, rever a conclusão do Tribunal **a quo**, soberana na análise fática da causa, e fundamentada em legislação local, é pretensão inviável neste STJ, nos termos das Súmulas 7/STJ e 280/STF.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OFENSA NÃO CARACTERIZADA. OFENSA AO ARTIGO 6º DA LICC. MATÉRIA DE NATUREZA CONSTITUCIONAL. **NECESSIDADE DO EXAME DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. APLICAÇÃO.**

(...)

3. O exame da controvérsia, tal como proposta pelo recorrente

e enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação local (Lei Estadual 500/1974 e Lei Complementar Estadual 1.010/2007), pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 790.023/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 1º/12/2015).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MULTA AMBIENTAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ILEGITIMIDADE ATIVA DA FAZENDA ESTADUAL. **EXAME DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.** COMPETÊNCIA PARA AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO. ANÁLISE DE LEI LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE PARA IMPOR SANÇÕES. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. NÃO OCORRÊNCIA DE BIS IN IDEM. PRECEDENTE. **NECESSIDADE DO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. INVIABILIDADE.**

1. Não se conhece do Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. Em relação à alegada ilegitimidade ativa da Fazenda Estadual, com a leitura do acórdão objurgado e das razões da parte agravante, **verifica-se que o exame da pretensão recursal pressupõe a apreciação de normas de Direito local, mais especificamente da Lei Estadual 997/1976 e do Decreto Estadual 8.468/1976. Aplicação, in casu, da Súmula 280 do STF.**

3. No que diz respeito à competência para autuar a referida infração, temos que a Corte local continuou por embasar sua decisão em Direito local - a Lei Estadual 997/1996. Dessa forma, o Tribunal *a quo* dirimiu a controvérsia sob a ótica da referida legislação local. Incidência da Súmula 280 do STF.

4. Não ocorreu *bis in idem* na aplicação das sanções, uma vez que a competência da Capitania dos Portos não exclui, mas complementa, a legitimidade fiscalizatória e sancionadora dos órgãos estaduais de proteção ao meio ambiente. Precedente do STJ.

5. Além disso, a instância de origem decidiu a controvérsia com fundamento no suporte fático-probatório dos autos. Desse modo, verifica-se que a análise da controvérsia demanda reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

6. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.560.022/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/02/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora